Interessado: Manoel Jorge Brito Portal - CPF: 086.830.342-91

Marca/Tipo/Chassi

GM/MERIVA MAXX/Pas/Automovel/9BGXH75X0BC105787

PORTARIA N.º201204000946, DE 04/05/2012 - PROC N.º 2012730008387/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Odival Paixão dos Santos - CPF: 256.773.812-68

Marca/Tipo/Chassi VW/PARATI 1.6 SURF/Pas/Automovel/9BWGB05W6BP001532

PORTARIA N.º201204000947, DE 04/05/2012 - PROC N.º 2012730008403/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jaime Queiroz Santa Brigida - CPF: 096.767.672-

Marca/Tipo/Chassi FIAT/UNO MILLE FIRE/Pas/Automovel/9BD15822544575121

PORTARIA N.º201204000948, DE 04/05/2012 - PROC N.º 2012730008411/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei

Interessado: Eduardo Masahiro Takashima - CPF: 141.819.592-

Marca/Tipo/Chassi

CHEVROLET/COBALT LTZ/Pas/

Automovel/9BGJC69X0CB294734

PORTARIA N.º201204000949, DE 04/05/2012 - PROC N.º 2012730008461/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Telma Maria da Silva - CPF: 116.649.322-91 Marca/Tipo/Chassi

FIAT/DOBLO ADV 1.8 FLEX/Pas/Automovel/9BD119409C1080096 PORTARIA N.º201204000950, DE 04/05/2012 - PROC N.º 2012730008462/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Marcus Vinicius da Silva - CPF: 856.430.502-00

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/PALIO ECONOMY/Pas/

Automovel/9BD17164LB5675101

PORTARIA N.º201204000951, DE 04/05/2012 - PROC N.º 2012730008163/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Joan Maria Macedo da Silva - CPF: 057,786,972-87 Marca/Tipo/Chassi

FIAT/SIENA ELX FLEX/Pas/Automovel/9BD17201A73321019 PORTARIA N.º201204000952, DE 04/05/2012 - PROC N.º 2012730008165/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Celio Milhomem de Sousa - CPE: 064,273,162-49 Marca/Tipo/Chassi

VW/GOL 1.0/Pas/Automovel/9BWCA05W18P118381 PORTARIA N.º201204000953, DE 04/05/2012 - PROC N.º 2012730008283/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Edilberto Yoshio Hoshino - CPF: 091.808.182-34 Marca/Tipo/Chassi

GM/CORSA SEDAN PREMIUM/Pas/

Automovel/9BGXM19X0BC237003

PORTARIA N.º201204000954, DE 04/05/2012 - PROC N.º 2012730008317/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Maria Guimaraes de Freitas - CPF: 057.253.642-91

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/SIENA FIRE FLEX/Pas/Automovel/9BD17206G73314779 PORTARIA N.º201204000955, DE 04/05/2012 - PROC N.º 2012730008444/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei

Interessado: Bruno dos Santos Barbosa - CPF: 763.184.352-04 Marca/Tipo/Chassi

FIAT/LINEA ABSOL, 1.8 DL/Pas/Automovel/9BD11056CB1538543 PORTARIA N.º201204000956, DE 04/05/2012 - PROC N.º 2012730008562/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Ângelo Sergio de Souza Silva - CPF: 708.849.432-

Marca/Tipo/Chassi

ATTRACTIVE 1.4/Pas/ FIAT/IDEA

Automovel/9BD135019B2177163

PORTARIAS CEEAT IPVA/ITCD **NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 375010**

PORTARIA N.º1081-CFFAT/IPVA/ITCD, DF 04/05/2012 -PROC N.º 0420127300012294/SEFA/CEEAT IPVA-ITCD

Motivo: Conceder a imunidade do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art150, vi,"c", cf/88, art.14 ctn, dec 2703/06 e in 09/07

Interessado: Centro de Estudos Avancados de Promoção Social e Ambiental

Marca Tipo Chassi VW/GOL 1.0 GIV Pas/Automovel 9BWAA05W8AP081715 VW/KOMBI Mis/Camioneta 9BWGB07X93P014556 YAMAHA/XTZ 125K Pas/Motociclo 9C6KE038050031776

DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 374892 PORTARIA: 0472

Objetivo: Conduzir Veiculo Oficial da SEFA com servidores que irão Participar de Ações Fiscais na UECOMT Vila do Conde Fundamento Legal: Decreto nº 2.819 de 06.09.94

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Barcarena/PA - Brasil<br

Servidor(es):

0504943102/ANTONIO EDIVALDO CHAVES (Motorista) / 5.0 diárias (Completa) / de 14/05/2012 a 25/05/2012
br Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 374900 PORTARIA: 473

Obietivo: Realizar Treinamento sobre a nova Estrutura do Call Center para os Servidores da CERAT Castanhal Fundamento Legal: Decreto nº 2.819 de 06.09.94 Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Castanhal/PA - Brasil<br

Servidor(es):

0514937101/ELIANA DE OLIVEIRA SEMBLANO (Técnico) / 0.5 diárias (Completa) / de 15/05/2012 a 15/05/2012 < br Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

TARF - ANÚNCIO DE PAUTA E ACÓRDÃOS **NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 374906** TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS **FAZENDÁRIOS**

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO A Secretaria Geral torna público a (s) data (s) de julgamento do (s) recurso (s) abaixo, a ocorrer na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre

Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio: SEGUNDA CÂMARA PERMANTENTE DE JULGAMENTO

Em 11/05/2012, às 08:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6560, AINF n^{o} 172009510000148-7, contribuinte PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, Insc. Estadual nº. 15000256-4, advogado: RODRIGO MENDES CEROUEIRA, OAB/PA-13984 e

Em 11/05/2012, às 08:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6582, AINF no 092009510000250-0, contribuinte COWOOD TIMBERS LTDA., Insc. Estadual no 15191611-0

Em 11/05/2012, às 08:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6282, AINF no 092009510000244-5, contribuinte M L MELUL, Insc. Estadual nº. 15266096-8, advogado: JOSÉ DA CONCEIÇÃO FERREIRA GÓES, OAB/PA-7173,

> DOCUMENTO ASSINADO

DIGITALMENT

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS **FAZENDÁRIOS - TARF** PRIMEIRA CÂMARA

ACORDAO N.2848 - 1a. CPJ. RECURSO N.5103 - DE OFÍCIO PROCESSO N.01373002935-4/AINF N. 7340/7341. CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão singular que declarou improcedente o AINF, bem como o crédito tributário, tendo em vista o contribuinte estar amparado pela imunidade tributária recíproca, prevista no art. 150, VI, a" da Constituição Federal. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 25/04/2012. VOTO CONTRÁRIO: do Conselheiro Wlademir Nogueira Júnior, pelo provimento parcial do Recurso.

ACORDAO N.2847- 1a. CPJ. RECURSO N.7029 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 182011510000303-1. CONSELHEIRO RELATOR: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deve ser rejeitada a preliminar de nulidade da decisão a quo quando ficar comprovado nos autos que o julgador apreciou todas as questões arguidas pela Impugnante. Preliminar rejeitada por unanimidade. 3. A falta de recolhimento de ICMS por substituição tributária, face utilização de base de cálculo em desacordo com a legislação, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais, independentemente da diferença de imposto 4. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 25/04/2012. VOTOS CONTRÁRIOS: dos Conselheiros Maria de Lourdes Magalhães Pereira e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo provimento do recurso.

ACORDAO N.2846- 1a. CPJ. RECURSO N.7027 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 182011510000301-5. CONSELHEIRO RELATOR: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deve ser rejeitada a preliminar de nulidade da decisão a quo quando ficar comprovado nos autos que o julgador apreciou todas as questões arguidas pela Impugnante. Preliminar rejeitada por unanimidade. 3. A falta de recolhimento de ICMS por substituição tributária, face utilização de base de cálculo em desacordo com a legislação, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais, independentemente da diferença de imposto devida. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 25/04/2012. VOTOS CONTRÁRIOS: dos Conselheiros Maria de Lourdes Magalhães Pereira e Nilson

Monteiro de Azevedo, pelo provimento do recurso. ACORDAO N.2845 - 1a. CPJ. RECURSO N.7025 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 182011510000302-3. CONSELHEIRO RELATOR: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deve ser rejeitada a preliminar de nulidade da decisão a quo quando ficar comprovado nos autos que o julgador apreciou todas as questões arguidas pela Impugnante. Preliminar rejeitada por unanimidade. 3. A falta de recolhimento de ICMS por substituição tributária, face utilização de base de cálculo em desacordo com a legislação, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais, independentemente da diferença de imposto 4. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 25/04/2012. VOTOS CONTRÁRIOS: dos Conselheiros Maria de Lourdes Magalhães Pereira e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo provimento do recurso.

ACORDAO N.2844 - 1a. CPJ. RECURSO N.7021 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 182011510000300-7. CONSELHEIRO RELATOR: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deve ser rejeitada a preliminar de nulidade da decisão a quo quando ficar comprovado nos autos que o julgador apreciou todas as questões arguidas pela Impugnante. Preliminar rejeitada por unanimidade. 3. A falta de recolhimento de ICMS por substituição tributária, face utilização de base de cálculo em desacordo com a legislação, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais, independentemente da diferença de imposto devida, 4. Recurso conhecido e improvido, DECISAO: VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 25/04/2012. VOTOS CONTRÁRIOS: dos Conselheiros Maria de Lourdes Magalhães Pereira e Nilson

Monteiro de Azevedo, pelo provimento do recurso. ACORDAO N.2843 - 1a. CPJ. RECURSO N.6331 - DE OFÍCIO PROCESSO/AINF N.: 012009510000677-8. CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão de Primeira Instância que exclui do crédito tributário valores comprovadamente indevidos. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 25/04/2012.

